

**Intervenção do Deputado Carlos Brás, na reunião da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI): O plano de recuperação e resiliência: sinergias entre o Pacto Ecológico Europeu e a via para construir uma União Europeia da Saúde mais resiliente**

**Palácio de São Bento, Lisboa**

**22 de fevereiro de 2021**

Boa tarde a todos é um gosto estar na Vossa companhia.

A UE do século XXI vinha já vivendo importantes desafios ao nível ambiental.

A Transição climática, a Neutralidade carbónica e as Energias verdes são áreas em que já vínhamos convergindo e estabelecendo metas conjuntas.

Contudo em 2020 surge o Inesperado, um Fenómeno inopinado.

Uma Pandemia que trouxe consigo ameaças à vida e à saúde coletivas, à economia e ao bem-estar social europeu.

Mas que está também a constituir-se como um catalisador de políticas comuns e de maior integração e solidariedade.

Este Estado de alerta e de emergência europeu tem vindo a proporcionar e a incrementar políticas de proteção da vida e da saúde integradas (umas mais integradas, outras menos integradas).

Assim foi o caso do Investimento na investigação, na aquisição e na inoculação de vacinas em comum e em simultâneo. Mas também ao nível económico e financeiro vivemos tempos novos. Os Mecanismos europeus de apoio financeiro e de combate às consequências da pandemia, são inéditos, inovadores e integradores.

A construção do projeto europeu nunca foi fácil nem simples e muito menos tem sido linear. A história da UE está repleta de sobressaltos e de avanços titubeantes. Têm sido sobretudo os grandes desafios os motores da integração e desta caminhada conjunta.

Certamente que continuaremos a enfrentar desafios constantes e sucessivos, mas, queria apenas chamar a Vossa atenção para dois que me parecem fundamentais num futuro bem próximo.

Em primeiro lugar o desafio da prossecução e desenvolvimento de políticas fiscais e tributárias comuns, alinhadas com os objetivos climáticos e ambientais.

O futuro da UE implica alienar alguma soberania nacional, em cada um dos países, de forma a que a UE comece a ter capacidade orçamental e financeira para além da contribuição dos estados membros. O conceito de casa comum, de cidadania europeia e de projeto de futuro apelam a que cada país transfira progressivamente competências para a própria União. São matérias que não põe em causa a identidade de cada um dos povos nem comprometem nenhum dos Estados, mas que são relevantes para o processo de integração europeia. A Fiscalidade verde deve ser olhada como instrumento, mas também como fim em si mesma e como fonte de financiamento comum.

O segundo grande desafio é o de olharmos à nossa volta. Um olhar solidário e responsável para aqueles que são os nossos vizinhos e os países mais frágeis. As alterações climáticas não reconhecem fronteiras. As pandemias não reconhecem fronteiras. Nunca estaremos em segurança, em paz e em prosperidade se não formos capazes de cultivar estes valores à nossa volta.

SÓ ASSIM CONSTRUIREMOS UMA POLÍTICA DE SAÚDE E ALIMENTAR COMUM!

Muito Obrigado

Carlos Brás

Deputado da Comissão de Assuntos Europeus

